

FUSÃO

Sindicato quer garantia no emprego para funcionários do Itaú e do Unibanco

Bancários vão pedir audiência à área econômica do governo e ao Congresso Nacional para impedir demissões e denunciar riscos da concentração do sistema financeiro

O anúncio da fusão entre o Itaú e o Unibanco na manhã de segunda-feira, dia 3, pegou os bancários de surpresa. Imediatamente, o Sindicato entrou em contato com as direções das duas instituições financeiras para que sejam marcadas negociações. “Vamos acompanhar de perto esta fusão e cobrar dos bancos a garantia do emprego dos bancários. Não aceitamos demissões”, avisa o presidente do Sindicato do Rio, Vinicius de Assumpção. A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro (Contraf-CUT) também entrou em contato com os bancos para agendar uma negociação.

Com a fusão, o novo grupo Itaú Unibanco Holding torna-se o maior do setor financeiro em todo o hemisfério sul e entre os vinte maiores do mundo, com um patrimônio líquido avaliado em R\$51,7 bilhões.

A diretoria do Sindicato fez uma reunião de urgência na segunda-feira (3) e foram decididas várias medidas com o objetivo de impedir demissões causadas pela fusão das empresas (veja no quadro ao lado). Os bancários vão denunciar ao governo federal e ao Congresso Nacional os riscos de uma concentração ainda maior do sistema financeiro nacional e exigir a garantia no emprego dos bancários. Os sindicalistas vão exigir também do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que acompanhe a fusão. “Não pode haver prejuízos para os bancários e nem para a sociedade”, alerta o diretor do Sindicato Carlos Antônio Souza Lima, o Vovô.



DE OLHO NELES - O Sindicato acompanha de perto a fusão dos bancos Itaú e Unibanco e solicitou uma negociação com os patrões para garantir o emprego dos bancários

As decisões do Sindicato

- Realizar uma plenária de funcionários do Itaú e do Unibanco no Sindicato (data a ser confirmada).
- Sindicato, Contraf-CUT e CUT vão exigir do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que acompanhe a fusão para impedir demissões e prejuízos à sociedade.
- A fusão dos bancos está na pauta de debate da próxima reunião da direção nacional da CUT, nesta quarta-feira, dia 5.
- Pedir audiência imediata com ministros da área econômica e buscar o apoio dos parlamentares aos funcionários dos dois bancos.

Funcionários do Itaú conseguem antecipação da PLR

A pressão do Sindicato e da Contraf-CUT para que os bancos antecipem a primeira parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) surtiu efeito no Itaú. A direção do banco anunciou o pagamento da verba (50% da PLR), inclusive a parcela adicional, para esta sexta-feira, dia 7. Confira no site do Sindicato mais detalhes de quanto o bancário do Itaú tem para receber (www.bancariosrio.org.br).

Caixa não acredita em você

Em contradição com a sua própria campanha publicitária, cujo slogan diz que a Caixa Econômica Federal “acredita em você”, a direção do banco anuncia desconto dos dias parados, desrespeitando direito de greve e punindo os trabalhadores que constroem o lucro do banco. Se o banco não aposta nem em seus funcionários, que dirá nos clientes. Página 2.

FINANCIÁRIOS

Assembléia é nesta quinta, no Sindicato

Comando Nacional orienta a aprovação da proposta feita pela Federação Nacional das Empresas de Crédito e Financeiras (Fenacrefi). Página 2.

Em pleno governo Lula, Caixa joga direito de greve no lixo

Subordinada diretamente ao governo Lula, a Caixa Econômica Federal vem se revelando o banco cada vez mais reacionário na relação com os empregados. Na circular interna 0107/08, distribuída no último dia 31, a empresa rasga o direito de greve garantido pela Constituição Federal e, de quebra, desrespeita a Convenção Coletiva dos Bancários assinada com a Fenaban. A CI tem as assinaturas da superintendente nacional, Sueli Mascarenhas (Surse), e do superintendente nacional, Carlos Magno da Cruz (Suape), vinculados ao vice-presidente de Gestão de Pessoas, Carlos Gomes Freitas, e à presidente da empresa, Maria Fernanda Coelho.

Pela Convenção, os dias parados durante a greve serão compensados até 15 de dezembro, dentro da jornada semanal de cada bancário, sendo o saldo anistiado. A Caixa, no entanto, decidiu ir na contramão, ignorando o acordo e determinando na CI que, o que não for compensado até 16 de dezembro, seja descontado nos salários. Além disso, vinculou esta compensação a direitos como férias e Apips, demonstrando um autoritarismo que não se vê nem nos bancos privados.

MAIS DIREITOS DESRESPEITADOS

Mas a diretoria da CEF não se deu por satisfeita, e em mais um ato de desrespeito visivelmente com o objetivo de retaliar os empregados, afirma na CI que aqueles que retornaram ao trabalho no dia 27 de outubro não são abrangidos pelo acordo (de compensação) e estarão sujeitos ao desconto dos dias 23 e 24 de outubro na folha de novembro, inclusive os dias de descanso semanal remunerados.

O diretor do Sindicato Enilson Nascimento cobrou coerência do acionista único da empresa. “Aonde está o governo eleito com a votação maciça dos trabalhadores, inclusive dos empregados da Caixa? A postura da empresa nos faz lembrar dos malfadados anos da ditadura militar, quando os direitos dos cidadãos eram jogados no lixo”, afirmou.

NÃO ASSINAR QUALQUER DOCUMENTO

O Sindicato condena a atitude da Caixa e orienta os empregados a não preencherem o cronograma de compensação que acompanha a CI, nem assinar qualquer acordo individual. “A CI desrespeita a Convenção Coletiva assinada com a Fenaban e seu teor está sendo questionado pelo Comando Nacional. Sendo assim, os funcionários deverão seguir o que foi acordado em negociação e não em documentos internos unilaterais”, argumentou o secretário-geral do Sindicato, Carlos Alberto Oliveira, Caco. Quem se sentir pressionado deve ligar para o Sindicato (2103-4107, 2103-4125 e 2103-4123).

NOTIFICAÇÃO JUDICIAL

O Sindicato enviou ofício ao juiz da 6ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, Hélio Monjardim, sobre a CI, solicitando providências. Os termos do documento desrespeitam a tutela antecipada concedida por Monjardim, em outubro, que garante aos bancários o direito de greve. A decisão proíbe, ainda, os bancos de tomarem qualquer atitude anti-sindical, como ameaças e coações, ou aplicações de sanções como corte de salário. Ou seja, pela tutela, a CI afronta uma decisão judicial.



Comando orienta financiários a aceitarem acordo

Assembléia da categoria é nesta quinta-feira, dia 6, no auditório do Sindicato

O Comando Nacional dos Financiários orienta as assembleias da categoria a aceitarem a proposta de acordo feita na última segunda-feira, dia 3, em São Paulo, pela Federação Nacional dos Empregados de Crédito e Financeiras (Fenacrefi). A assembleia do Rio de Janeiro acontece na quinta-feira, às 18 horas, no auditório do Sindicato (Av. Pres. Vargas, 502, 1º andar). A proposta segue os parâmetros do acordo dos bancários com a Fenaban, com diferenças nos índices, já que a data-base dos financiários é 1º de junho e a dos bancários, 1º de setembro.

O reajuste é de 9,48% para quem ganha até R\$ 2.500, e de 7,63% para quem recebe acima deste valor. A PLR terá um piso de R\$ 1.149,54, mais 80%

do salário, com teto de R\$ 6.437,42. Pela proposta, 50% da parte fixa serão pagos dez dias após a assinatura do acordo e o restante da PLR até 14 de janeiro.

O tíquete-refeição passa para R\$ 16,41; o alimentação, R\$ 258,73, mesmo valor da 13ª cesta-alimentação; e o anuênio, R\$ 15,85. O retroativo a 1º de junho vai ser creditado na folha de pagamentos de novembro, e dos tíquetes, no fim de novembro. A 13ª cesta-alimentação será paga no dia 20 de dezembro.

Os pisos serão corrigidos pelo índice de 7,63% e ficarão assim: portaria, R\$ 686,68; escritório, R\$ 991,54; caixa e tesoureiro, R\$ 1.047,12; gratificação de caixa, R\$ 272,45; e auxílio-creche babá, R\$ 163,99.

Funcionários do HSBC conseguem abono dos dias de greve

A pressão dos sindicatos de todo o país para que os bancos abonem os dias de greve surtiu efeito no HSBC. A direção do banco decidiu anistiar os dias parados. A informação foi confirmada em circular interna emitida na terça-feira passada, dia 28 de outubro. Com a decisão, os bancários não vão precisar compensar os dias de paralisação. “Todos os bancos deveriam fazer o mesmo. A decisão é uma vitória importante da categoria na luta em defesa do direito de greve”, comenta o diretor do Sindicato Marcelo Rodrigues.

Os funcionários do HSBC sofreram, durante a greve, várias formas de pressão e ameaças, mas não se intimidaram e tiveram uma participação importante na mobilização nacional dos bancários.



FOTO: NANDO NEVES

A FORÇA DA MOBILIZAÇÃO - O diretor do Sindicato Marcelo Rodrigues (E) comemorou a decisão do HSBC de abonar os dias de greve

Teto baixo dificulta locomoção de funcionários na agência Rio Sul

A direção do HSBC fez uma reforma completa na agência Rio Sul para atender aos clientes mais ricos (unidades premier). Para oferecer todo o conforto aos donos das contas bancárias mais altas, o banco resolveu sacrificar os funcionários da retaguarda, que ficaram na sobreloja, onde o teto é muito baixo. Para se locomover na unidade, os bancários de maior estatura têm de se abaixar. O Sindicato já entrou em contato com a direção do ban-

co e recebeu a resposta de que será feito um levantamento para avaliar a necessidade de melhorias no ambiente de trabalho dos funcionários. “O HSBC priorizou o espaço para agradar aos clientes de maior poder aquisitivo em detrimento das condições de trabalho de seus funcionários. De nada adianta oferecer luxo para uma minoria privilegiada e desprezar os bancários, que são os que produzem o lucro da empresa através do tra-

balho”, critica o diretor do Sindicato Marcelo Rodrigues.

Outro problema na unidade é o banheiro dos portadores de deficiência física que também fica na sobreloja e cujo único acesso é uma escada. “Até os deficientes foram jogados para o apertado espaço da sobreloja. Eles terão de se virar para subir a escada em direção ao toalete. É uma desumanidade que precisa ser revista”, acrescenta o sindicalista.

TRT proíbe terceirização no Banco Finasa

O Sindicato venceu mais um *round* na briga contra a interposição fraudulenta de mão-de-obra no Bradesco. No dia 20 de outubro último, o Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-RJ) confirmou, por unanimidade, a decisão do juiz Pimenta Stroppa, da 58ª Vara do Trabalho, proibindo o Banco Finasa de contratar empregados através de outras empresas do grupo, de cooperativas e de empresas terceirizadas. O relator do processo, no TRT, foi a desembargadora federal Zuleica Jorgensen.

A decisão atendeu à ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), a pedido do Sindicato. “Indiretamente a Justiça decretou que os empregados do Banco Finasa só podem ser contratados como bancários”, avaliou o advogado da Assessoria Jurídica Sindical Márcio Cordero. Para ele, esta é mais uma decisão para barrar a terceirização, interposição fraudulenta de mão-de-obra, em atividades fim, ou seja, que só podem ser executadas por bancários.

EXPEDIENTE ILEGAL

Para economizar, evitando o pagamento dos direitos previstos na Convenção Nacional dos Bancários, o Banco Finasa funcionava com empregados contratados através de várias empresas do grupo, como a Finasa e a Finasa Promotora de Vendas, e de terceirizadas e cooperativas. Esta intermediação é ilegal, uma forma de burlar a lei, consistindo em interposição fraudulenta de mão-de-obra. Os empregados recebiam salários e verbas salariais muito menores e tinham jornada de trabalho maior, trabalhavam no Banco Finasa, mas tinham a sua relação contratual com as outras firmas.

Em suas decisões, o juiz e a desembargadora frisam que os serviços prestados pelos empregados das empresas que alocavam mão-de-obra ao banco eram os de bancários, criticando o expediente usado pelo banco. “A atividade configura intermediação de mão-de-obra e o seu vil agenciamento, o que é o caso da demanda, instituição financeira que de molde a baratear custos operacionais de seu negócio fez do trabalho assim prestado o eldorado da flexibilização trabalhista”.

DESCUMPRIMENTO DE JORNADA

DRT mantém multa à Trishop

A Superintendência Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (ex-DRT-RJ) rejeitou pedido de suspensão da multa que impôs à financeira Trishop, do grupo Itaú, por obrigar seus empregados a trabalharem oito horas, duas a mais, portanto, que a jornada de seis horas previstas em lei e na Convenção Nacional da categoria. A decisão tomou como base a doutrina jurídica e a jurisprudência sobre descumprimento de jornada.

A Superintendência frisou que a Trishop é uma financeira, e não uma promotora de vendas, como se autodenomina. “As atividades desempenhadas pelos empregados são típicas de uma financeira, que a jurisprudência equipara à jornada do bancário”, diz o documento da Superintendência.

Torneio entre bancos tem jogos no dia 8

FOTO: NANDO NEVES

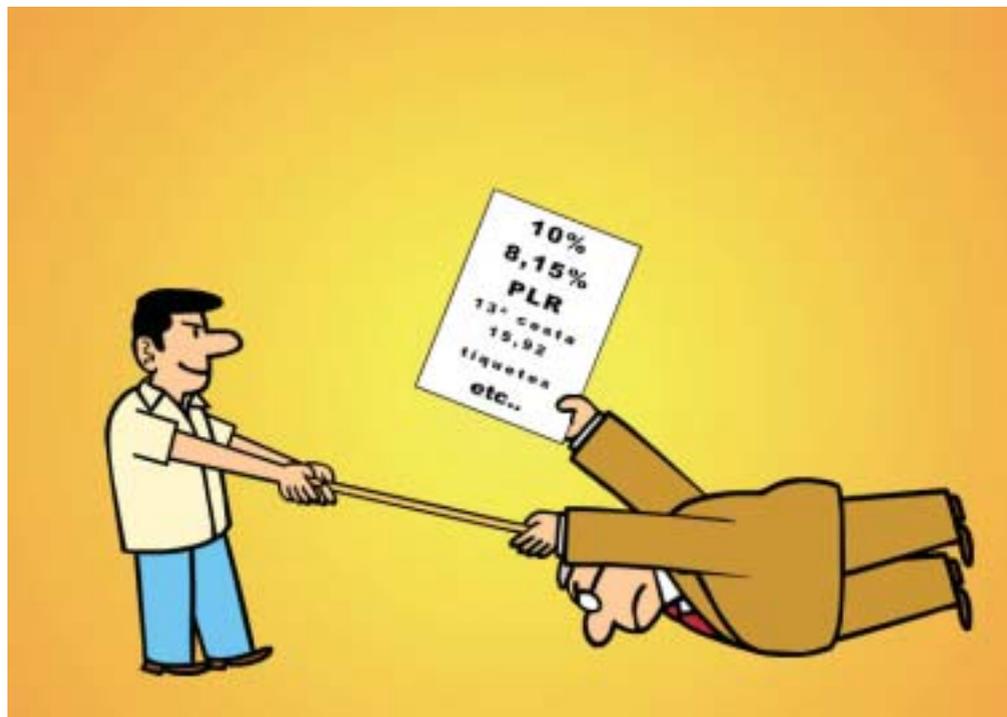
O time da Pio X surpreendeu os favoritos e foi o campeão no torneio do Bradesco. A equipe é um dos fortes candidatos ao título de “Campeão dos Campeões”



Passado o estresse da campanha salarial, chegou a hora de os bancários descontrair com boas partidas de futebol. O torneio entre bancos terá mais algumas partidas para definir as equipes que vão participar do torneio “Campeão dos Campeões” no próximo sábado, dia 8. As equipes de cada banco jogam entre si. Bradesco, Real, Unibanco, Itaú e Santander já definiram os classificados. Agora é a vez do BB, Caixa, Cruzeiro do Sul, HSBC e Sindicato.

Desenhos animados no site do Sindicato são um sucesso

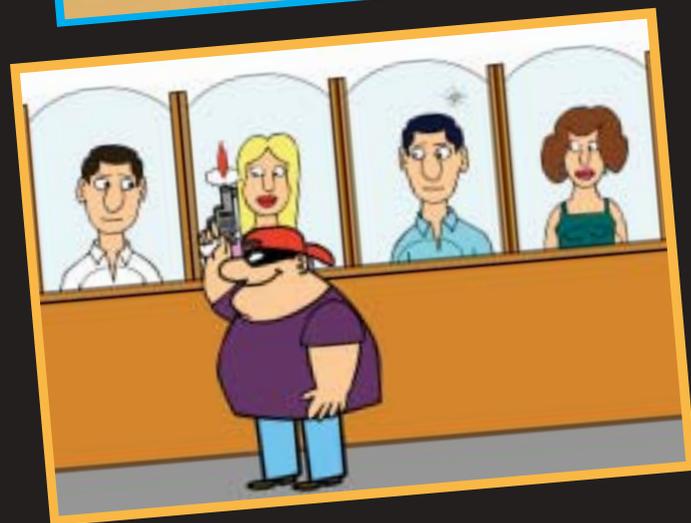
Acesso ao site da entidade é similar a um Maracanã lotado: 200 mil



Uma das novidades da campanha salarial deste ano, as animações criadas pelo chargista Julio Mariano para o site do Sindicato, foi um tremendo sucesso. A Secretaria

de Imprensa da entidade recebeu inúmeras mensagens de bancários elogiando a criatividade do trabalho. “Não só as animações mas todo o site do Sindicato tem tido uma ótima

receptividade da categoria. Até o fim da campanha salarial, nossa página na internet teve quase 200 mil acessos”, destaca a diretora de Imprensa do Sindicato Vera Luíza.



Sindicato vai à OAB denunciar abusos dos interditos proibitórios

FOTO: NANDO NEVES



Almir Aguiar disse que o Sindicato vai intensificar a luta contra os interditos proibitórios e em defesa do direito de greve

Na última terça-feira, dia 28, o Sindicato e a Central Única dos Trabalhadores do Rio (CUT-RJ) procuram a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para denunciar o abuso dos bancos no uso dos interditos proibitórios para coibir a greve dos bancários.

Participaram do encontro o diretor do Sindicato Salmir Aguiar, o diretor da CUT-RJ Darby Igayara e a advogada Rita Cortês, assessora jurídica do Sindicato. Os participantes estiveram com o presidente da OAB-RJ, Wadih Damous, para debater sobre o tema. Os trabalhadores criticaram o fato de alguns juízes da área

Civil terem atendido o pedido dos bancos de obrigar a abertura de agências durante a greve através do instrumento jurídico do interdito proibitório. A decisão dos magistrados contraria a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que determina que as ações que envolvem a relação entre capital e trabalho, como é o caso das greves, devem ser julgadas pela Justiça do Trabalho e não pela área Civil.

Durante a reunião, o presidente da OAB e os sindicalistas acertaram uma audiência pública com a presença de juízes do STF, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e de alguns desembargadores para debater o assunto. O encontro está previsto para acontecer em março de 2009.